

## Processos de Interculturalidade no Contexto da Globalização<sup>1</sup>

Pedro Ernesto Gandine TANCINI<sup>2</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

### RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de iniciação científica, “O Mangá e A Turma da Mônica Jovem: Processos de interculturalidade” e tem como tema os processos de interculturalidade no contexto da globalização. Objetiva-se analisar o pensamento de Néstor Garcia Canclini sobre a globalização e a interculturalidade, identificando o que são as relações de negociação – conceito proposto pelo referido autor – na contemporaneidade. Quanto à metodologia, trata-se de um artigo que apresenta os resultados da revisão teórica do pensamento de Canclini com base duas de suas obras: *Diferentes, desiguais e desconectados* (2005) e *Globalização imaginada* (2003).

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização; interculturalidade; relações de negociação; alteridade cultural.

Muito se tem estudado sobre a globalização. Alguns autores analisam o fenômeno considerando como ele alterou a dinâmica econômica entre nações. Outros pensam como as políticas devem se comportar na nova dinâmica global. Há aqueles que pensam como as relações entre culturas se modificaram devido a este novo fenômeno. Há ainda aqueles que afirmam que a globalização tende a homogeneizar o mundo. Já outros denunciam conflitos de exclusão originados dessa mesma globalização “integradora”.

Para compreender o significado da globalização, deve-se entender, antes de tudo, que ela não é um fenômeno isolado, que pode ser dissociado do *mundo* onde ela se desenvolve. Assim, torna-se importante uma desconstrução do senso comum da globalização – conforme aponta Canclini (2003) – que a considera um “processo integrador e solidário”.

Neste artigo, também se explora o caráter das relações entre culturas e como é concebida a interculturalidade, posto que ela não se dá apenas por meio de processos passivos de trocas de elementos culturais, e sim por meio de um fervilhante diálogo, uma negociação entre as diferenças. Também matéria de discussão, são as relações de negociação. As obras *Diferentes, Desiguais e Desconectados* (2005) e *A Globalização Imaginada* (2003), ambas de Nestor Garcia Canclini, oferecem o fundamento teórico para as reflexões.

---

<sup>1</sup> Artigo derivado da pesquisa de iniciação científica "O Mangá e A Turma da Mônica Jovem: Processos de interculturalidade”.

<sup>2</sup> Estudante de graduação em Comunicação Social na ESPM, orientado pela Professora Doutora Tânia Marcia Cezar HOFF.

Vivemos em um mundo globalizado. Crises financeiras em países, antes com pequeno poder econômico no cenário global, causam turbulências no mundo todo. As nações, ao mesmo tempo em que procuram formar blocos econômicos cada vez mais coesos e com o mínimo de limitações alfandegárias, também protegem seus mercados contra os gigantes econômicos. Os países do Primeiro Mundo oscilam entre um cuidado maior para com o imigrante, e ideologias xenófobas brotando em seu povo. As multinacionais cada vez mais perdem território, e vendem este valor: não são mais marcas americanas, europeias, asiáticas, são marcas globais. As pessoas percebem que há cada vez menos distâncias culturais entre nações, assim como a aproximação constante da diferença entre o local e o global. Os meios de comunicação de informação e os mercadológicos só confirmam a nova entidade global que surgiu, sem deixar de se adaptar ao contexto regional.

Este fenômeno denominado globalização é extremamente amplo, e está presente em inúmeras esferas da humanidade. Pode-se falar de globalização econômica, globalização política, globalização sociocultural, globalização tecnológica, entre inúmeras outras facetas. Com isso, uma definição de globalização é impossível, e se possível, seria muito vaga e inconsistente, imprudentemente totalizadora. Imprudentemente totalizadora, pois, devido ao gigantismo da globalização, ela é estudada por meio de diversos ângulos, visto que causa tantas interferências de naturezas distintas no cenário mundial (muitas vezes contraditórias). Porém, o que é possível é um entendimento do que a globalização pode fazer, o que não pode fazer, e como os sistemas podem ou não reagir a ela. A globalização não deve ser estabelecida como um dogma teórico, tampouco como a justaposição de suas interpretações. Deve-se encontrar uma racionalidade em seus processos que a expliquem em seus inúmeros aspectos (CANCLINI: 2010). Por sua inerente abrangência, é apropriada a análise sobre um aspecto definido, para haver a necessária consistência. Neste trabalho, daremos ênfase na globalização em sua dimensão cultural e comunicacional.

Para iniciar o processo de entendimento das dinâmicas culturais temperadas pela globalização é pertinente entender os processos predecessores e básicos. Podem-se colocar três tipos de relações entre culturas, uma sucedendo a outra cronologicamente (dando pistas sobre a globalização ter se originado na segunda metade do século XX): a internacionalização, a transnacionalização e a globalização. Internacionalização é a mais simples das interações, e está centrada em apenas uma personagem. Esta personagem “importa” elementos culturais de outro povo, e o admira por meio de sua própria visão da cultural original. É a simples admiração do exótico de seu ponto fixo. Já a transnacionalização, que ainda se centra em apenas uma personagem, é a admiração do elemento cultural alheio por meio da visão e sentidos simbólicos da cultura alheia, mesmo que seja impossível desimpregnar-se totalmente da cultura original. A globalização é a forma mais complexa de interação. Não está mais centrada em apenas um personagem: é a admiração do elemento cultural alheio por meio de várias visões culturais simultaneamente (CANCLINI: 2005), conforme citamos abaixo:

A globalização foi-se preparando nesses dois processos anteriores por meio de uma intensificação das dependências recíprocas (Beck,1998), do crescimento e da aceleração de redes econômicas e culturais que operam em escala mundial e sobre uma base mundial (2003, p. 42).

Este conceito mais teórico do que é a globalização já nos dá indício de sua complexidade, ainda mais no campo cultural e comunicacional. Hoje, não se sabe mais o que é de quem. Podemos visitar o México e provar um pedaço dos EUA, um México americanizado, que não deixa de ser México, mas também não é mais México. Podemos

também ir para os Estados Unidos e provar um EUA latinizado, em regiões onde se fala mais espanhol do que inglês. Podemos provar a culinária asiática em restaurantes Europeus, ou ouvir músicas japonesas no ritmo percussivo da África. Podemos até ir ao Shopping Center, adentrando em um território global, ou até mesmo visitar o espaço mais global de todos, a Internet. A globalização proporcionou um contato entre as culturas extremamente intenso. Houve tantas trocas entre culturas, que hoje não faz mais sentido não pensar globalmente. Porém, é um perigoso erro pensar que estas interações culturais fazem dissolver as diferenças e alteridade.

Antes de desenvolver este pensamento sobre interações culturais proposto por Canclini, é importante atentar para outras interpretações da globalização – proposta por outros pensadores –, às vezes como fenômeno integrador, às vezes como fenômeno de exclusão.

Milton Santos compartilha de uma visão um tanto pessimista da globalização. Para este autor, a globalização é pautada pela "tirania do dinheiro" e pela "tirania da informação". A "tirania da informação" é disfarçada, pois a suposta informação, livre e verdadeira, não é tão livre nem tão verdadeira: é o produto de uma manipulação dos fatos para que estejam de acordo com a ideologia da mídia. Esta tirania criaria as chamadas fábulas. As fábulas são as ideias integradoras sobre a globalização: a noção de aldeia global, a eliminação de fronteiras, a não mais necessidade do Estado, a sobreposição sobre as diferenças. Milton situa a "tirania da informação" como subordinada da "tirania do dinheiro"

A "tirania do dinheiro" se baseia na ideia de que praticamente tudo no mundo globalizado é medido pelo dinheiro. Não só as empresas, mas os partidos, as cidades, e até as pessoas. Tudo e todos se tornaram servos do dinheiro, e isso faz com que haja cada vez mais individualismo. De acordo com Milton Santos:

Esta guerra como norma justifica toda a forma de apelo à força, a que assistimos em diversos países, um apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética de competitividade que caracteriza nosso tempo. Ora, é isso também que justifica os individualismos arrebataadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem da política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões proclamando soluções particularistas). Também na ordem social e individual são individualismos arrebataadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa. Comportamentos que justificam todo o desrespeito às pessoas são, afinal, uma base da sociedade atual (2008, p. 46,47).

A publicidade cria os consumidores para depois criar os produtos, os objetos nos fazem como somos e o que eles significam é forjado pelos publicitários. De acordo com ele, isso enfraquece o ser humano, e é a matriz de vários conflitos. Conforme Milton:

Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede a produção dos bens e dos serviços. Então, na cadeia usual, a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí, o império da informação e publicidade. Tal remédio teria 1% de medicina e 99% de publicidade, mas todas as coisas do comércio acabam por ter essa composição: publicidade + materialidade; publicidade + serviços, e esse é o caso de tantas mercadorias cuja circulação é fundada numa propaganda insistente e frequentemente enganosa. Há toda essa maneira de organizar o consumo para permitir, em seguida, a organização da produção (2008, p. 48,49).

O autor prossegue por meio de um argumento histórico. Ele afirma que quando a

ciência surgiu, ela se aliou ao capitalismo e levou a um desencantamento do mundo. Porém, os ideais da Revolução Francesa e o Iluminismo suprimiram de moral este sistema. Esta moral se esfacelou quando surgiu a globalização, sendo que, para ele, a globalização é a face mais voraz do capitalismo, e infectou a todas as áreas com sua "tirania do dinheiro".

Milton Santos critica o Estado que, na sua concepção, adapta-se às articulações comerciais, mas se omite às questões sociais. Isto mostra como o Estado cada vez mais perde de vista seu verdadeiro objetivo de dar assistência a sua população e se torna cada vez mais parecido com uma empresa. E para resolver os problemas sociais para os quais o Estado se omite, surgem as ONGs, que são empresas e, portanto, sujeitas a lógica capitalista. As ONGs são pagas para realizar o trabalho de obrigação primária do Estado. De acordo com as palavras do autor:

Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiriam um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora. Haveria frações do território e da sociedade a serem deixadas por conta, desde que não convenham ao cálculo das firmas. Essa "política" das empresas equivale à decretação de morte da Política (2008, p.67).

Milton Santos também pondera sobre a pobreza. Conforme ele, há três tipos de pobreza: a pobreza incluída, a marginalidade, e a pobreza estrutural. A pobreza incluída é a menos grave, pois é uma pobreza sazonal, de causas isoladas, pontuais, e tem soluções locais. Já a segunda é a pobreza da marginalidade, oriunda do capitalismo de consumo. O marginal, à parte da sociedade, é o indivíduo "doente" que não se adequa a lógica capitalista, não consome como deveria consumir. Esta pobreza é vista como uma doença a ser "curada". A terceira é a pobreza estrutural globalizada, a mais grave. O pobre não é mais marginal, é excluído. Ninguém realmente se importa com sua condição, é considerado um efeito colateral necessário da globalização, e por este motivo não recebe atenção nem é, no fim, encarado como algo a ser curado. Estas duas últimas pobrezas se comunicam, ou seja, são fruto de uma dinâmica econômica destruidora, e são mazelas sociais graves de acordo com Milton. Milton Santos, sobre a pobreza estrutural globalizada:

Esta produção maciça de pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais (2008, p. 73).

Ele conclui seus pensamentos discorrendo sobre a sistematização na vida das pessoas. As pessoas estão totalmente alienadas às tiranias da globalização, que dita como elas devem pensar e se comportar. A globalização cria o desejo de consumo em todos, mas nem todos conseguem realizar esses desejos, pela lógica natural capitalista. Isto causa uma frustração na classe média, e ainda mais nos pobres. Porém, os pobres não têm a organização necessária para reagir contra o sistema, e por isso precisam da ajuda da classe média. O problema é que a classe média é a mais alienada e cultiva um grande desinteresse pela política e cidadania, e, de acordo com ele, para que pudessem mudar alguma coisa, deveria ser o contrário.

Milton Santos desenvolve importantes reflexões sobre a questão da tirania do dinheiro e informação. Porém, é importante tomar cuidado em relação a algumas ideias desse autor. Sobre a informação, é inconcebível não pensar que a informação midiática atual está necessariamente atrelada a uma ideologia. Mas é imprudente pensar que a informação é completamente subordinada à ideologia. Lembremos que a comunicação midiática é da sociedade para com a própria sociedade, ou seja, obviamente pode refratar como fator de modificação na maneira das pessoas pensarem, mas também é um reflexo do que a própria sociedade pensa. Entre outras palavras, se essa comunicação é efetiva, é porque de alguma forma faz sentido para os receptores, que não são totalmente passivos, mas mediadores. No momento em que o fato é moldado para informação ele já passa a ser um discurso, e em todo discurso há uma ideologia, mesmo que não consciente. Mas pensar que toda a informação é manipulada para que aliene os receptores é transformar estes diálogos em uma simples relação causa-efeito.

A linguagem nada mais é que um instrumento para que o ser humano possa se aproximar da realidade alheia. Mais do que isso, o pensamento que entende o mundo só existe pela linguagem. Portanto, a expressão não se separa da forma, já que os signos formam o pensamento e o pensamento se forma nos signos. Entretanto, as ideologias, conjuntos solidificados de ideias comuns a um grupo social de indivíduos, distorcem a linguagem ferramenta para uma linguagem fixa, que pretende tornar absolutos e imutáveis seus significados. Ideologia, de acordo com Baccega:

A ideologia só existe na prática social. Ela se constitui num sistema de valores, pleno de representações, de imagens -- modo de ver o mundo, modo de ver a sociedade, modo que o homem vê a si e aos outros. Enfeixa os pontos de vista dos homens que vivem em um determinado grupo, classe social, ou nação. Tem o poder de "condicionar as atitudes dos homens" e levá-los a praticar ( ou consideram que praticam) ações que eles consideram as mais adequadas para não se desviar desse sistema de valores. Mostra-se coerente e sistematizada, o que lhe garante sua força (2002, p. 34).

Todo indivíduo é interpelado pela ideologia a qual pertence, e, em seu discurso, pode refletir quase que inteiramente, ou seja, reproduzir, o dito discurso ideológico. Porém, todo o indivíduo também é sujeito. Entre outras palavras, ele pode refratar o discurso ideológico. Entende-se refratar como transformar, reorganizar, inovar, ou até mesmo negar. A linguagem, de acordo com Baccega, não é *dada*, é *dando-se*. A linguagem é mutável e deve ser mutável pois acompanha como ponte do ser humano pensante e sua relação com o mundo, que se transforma sempre com o tempo. Visto isso, a ideologia, no momento em que presume solidificar a linguagem e seus significados, poda a evolução e mutação do pensamento.

O que ocorre, porém, é que nenhum sujeito/indivíduo está imune às ideologias. Elas são a primeira base de acesso ao mundo, além de ser características sociais de seres sociais que somos nós. Portanto, para fazer o futuro, é necessário o presente, assim como para transformar ou até mesmo negar, é preciso conhecer aquilo que se transforma, ou nega. De outro lado, todo o sujeito/indivíduo, no momento em que interioriza o discurso recebido, interpreta-o de sua própria forma, visto que seu repertório de conhecimento, experiências, valores é único.

Conclui-se assim que, um sujeito/indivíduo social não é capaz de refletir ou refratar inteiramente um discurso. Ou seja, ele sempre será o arauto de uma ideologia -- em maior ou menor nível -- mas nunca será um simples reproduzidor passivo. Torna-se, portanto, assim como a linguagem em sua essência, mediador. De acordo com Baccega:

O *indivíduo* resulta, portanto, de vários discursos; é paciente de uma pesada carga social, que atua ditatorialmente sobre cada um. Mesmo assim a subjetividade é única, carrega os traços da especificidade do ser que reelabora essa carga e do universo

a qual ela pertence.

Mas ele também é agente. Portador de uma subjetividade plural, o indivíduo tem condições de reelaborar, de inovar os discursos da sociedade, que são muitos, produzindo outros muitos discursos. Daí *sujeito*. É essa condição de paciente/agente que nos leva a designá-lo *indivíduo/sujeito*.(1995, p.22)

Sobre a tirania do dinheiro, pode-se pensar de modo semelhante. A lógica capitalista se pauta no dinheiro e seu valor. Não são as empresas que corrompem o mundo com publicitários que criam consumidores. Os consumidores, mais uma vez, não são passivos ao processo do consumo. Pensar que esta valorização excessiva do dinheiro pode causar corrosões que podem resultar em graves conflitos individuais e sociais é válido. Mas pensar que existe um lado que manipula para vender e outro lado que é manipulado para comprar é ser imprudentemente simplista.

Sobre o Estado, Milton Santos supõe uma total omissão com o social e uma subordinação com as dinâmicas das empresas. O social não se sustenta sozinho, ele faz parte da importante interdependente tríade social-econômico-político. Visto que o mundo funciona de acordo com as dinâmicas capitalistas, as relações comerciais são de extrema importância para melhorar a qualidade de vida do social, que também está sujeito a essas dinâmicas capitalistas. O que não pode ocorrer, é a inversão dos valores e a perda de visão do verdadeiro objetivo do Estado, que é a qualidade de vida do povo, e não exclusivamente das dinâmicas comerciais entre empresas. A preocupação com as dinâmicas comerciais deve servir a melhoria social, e não a qualquer outra coisa.

De acordo com Vasconcellos (2002), o objetivo das políticas econômicas se encontra em quatro submetas principais, sendo estas o pleno emprego de recursos, a estabilidade de preços, a distribuição equitativa de renda e o crescimento econômico. O alto nível de empregos corrige o problema do desemprego que afeta contundentemente a qualidade de vida. A estabilidade de preço é o contrário do aumento gradativo de preços, a inflação, que apresenta causas quase que sempre danosas a sociedade – déficit público, obsolescência produtiva, indexação da economia, problemas estruturais na produção –, além de provocar consequências igualmente nocivas, como a diminuição do poder de compra do trabalhador. A distribuição equitativa de renda busca fiscalizar essa diferença gritante, na qual há poucos que têm muito, e muitos que têm pouco. Por fim, a meta do crescimento econômico visa aumentar o poder econômico da população, e portanto, viabilizar um incremento na qualidade de vida. Deste modo, percebe-se facilmente que as submetas da política econômica estão em prol de um grande meta, que é o aumento e a manutenção do direito à qualidade de vida, na qual está incluso moradia, educação, transporte, emprego de qualidade.

A classificação de pobreza de Milton é muito pertinente, mesmo que em alguns pontos muito radical e pessimista. A exclusão na globalização é sim presente, e pode sim ser fruto dos avassaladores impactos que ela trouxe. Porém, a globalização desmedida, que desrespeita as diferenças e intensifica conflitos, causando desigualdades que causa essa exclusão. É possível, através de uma mediação crítica, solucionar essas questões de exclusão e desigualdade.

A questão de alienação da classe média e possível revolta dos pobres é inaplicável no contexto observado atualmente. Os pobres, que seriam os excluídos, não se revoltam contra a globalização. Justamente o contrário, eles querem ser inclusos. E isto, como já dito, só depende de uma gestão crítica dos conflitos entre diferenças que a globalização cria ou intensifica.

Por fim, podemos afirmar que as reflexões de Milton Santos não podem mais condizer inteiramente às dinâmicas atuais da globalização. Ele polariza a globalização como corrompedora da sociedade e a sociedade como vítima corrompida. Mais adiante,

provaremos que a globalização não pode ser polarizada desta maneira. Ela proporciona diversos diálogos, e nestes diálogos pode haver harmonia, como pode haver conflito.

Já Edgar Morin tem uma visão mais otimista sobre o fenômeno da globalização, visto que enaltece sua agenda integradora e comunicadora. De acordo com ele, existiram dois tipos de globalização na história. A primeira ele denomina de primeira globalização. Esta é a da conquista dos dominadores sobre os dominados: é exemplificada pela relação metrópole-colônias, as tensões Norte-Sul. A segunda globalização, esta a qual estamos vivenciando, é a da cidadania e união global, cuja dinâmica é mais igualitária e justa.

Aqui é importante a colocação do conceito trabalhado por ele de ambivalência. De acordo com Morin:

Por que esta dificuldade de unir duas noções tão contraditórias? Temos na história do pensamento ocidental uma tradição que passa por Heráclito, por Pascal, Hegel, Marx e outros, Lupasco, que diz que duas verdades contraditórias podem valer ao mesmo tempo. Pascal disse que o contrário de uma verdade não é um erro, é outra verdade. É o mesmo que o físico Bohr, um dos pais da microfísica: o contrário de uma verdade profunda é outra verdade profunda. Esta é uma coisa muito importante: comparar duas verdades profundas, ou seja, considerar a ciência como ambivalência (2002, p. 50-51)

Morin usa esse conceito de ambivalência para justificar várias oposições que propõe. A primeira é a da globalização contra o fortalecimento da pátria (não confundir patriotismo, a concepção saudável da pátria pelo que ela é para seu povo, com nacionalismo, a concepção deturpada da pátria pautada no ódio ao de fora, estrangeiro). Os dois conceitos coexistem, e a equilíbrio entre elas é a melhor forma de se alcançar uma harmonia. Mesmo que sejam contraditórias, são realidades inteiramente válidas da nossa dinâmica. Com isso, vem a questão da homogeneização versus a resistência à mercantilização da vida, que estão sujeitas ao mesmo contexto de ambivalência.

Ele conclui, portanto, que a globalização não homogeneiza, mas se contextualiza a cada dinâmica local, e só assim a integração justa poderá ser alcançada. Morin conclui:

Uno no sentido de que cada parte do mundo faz parte cada vez mais do mundo em sua globalidade. E que o mundo em sua globalidade encontra-se dentro de cada parte (2002, p.46)

O que Edgar Morin expõe é muito pertinente, principalmente pelo desenvolvimento do conceito da ambivalência trabalha como pano de fundo para muitos processos relacionados à globalização, como a oposição global e local, a hominização e o individualismo, etc. é interessante pensar em como se pensa na globalização como paradigma de padronização, reprodução em massa, comunicação sem informação, contraposto às mais diversas questões que faz despertar sobre o globo. A globalização estaciona de modo diferente em cada contexto regional, e ali ocorrem os diálogos local e global. Entretanto, Morin parece enaltecer demais a faceta de integração da globalização. Os fenômenos que envolvem a globalização são violentos e impactantes, e podem chocar com questões de diferença que nunca seriam simplesmente dissolvidas. Estes conflitos oriundos do diálogo entre diferenças podem se intensificar a ponto de por exemplo, fazer surgir com muito fervor ideologias xenófobas. O capitalismo, assim como a globalização, deve respeitar essas diferenças para evitar rupturas desastrosas, causadoras de desigualdade, ou seja, mais direito para uns, menos direito para outros.

Considerando as reflexões dos três estudiosos da globalização, optamos por trabalhar mais de perto com as reflexões de Nestor Garcia Canclini, pois ele não se prende a conceitos morais polarizados. Ele analisa a globalização e seus fenômenos conseguintes como dinâmica, que pode causar grandes mazelas sociais, mas pode resolver outras questões. O que não queremos é limitar nosso entendimento de

globalização a duas interpretações radicais: uma de que ela necessariamente favorece a igualdade entre pessoas e nações, e outra de que ela é um processo totalmente destrutivo que padroniza e aliena as pessoas.

### **Globalização segundo Canclini**

Segundo Canclini, muito do que se fala e pensa sobre a globalização é falso, por exemplo, que ela homogeneiza o mundo, daí ser necessário desconstruir o senso comum, o que só é falado e não constatado objetivamente na realidade. São palavras do referido autor:

Curioso é que essa disputa de todos contra todos, em que fábricas vão falindo, empregos são destruídos e explodem a migração em massa e os conflitos étnicos e regionais, recebe o nome de globalização. Chama a atenção o fato de empresários políticos interpretarem a globalização como a convergência da humanidade rumo a um futuro solidário, e que até muitos críticos do processo entendam essa devastação como o processo por meio do qual todos acabaremos homogeneizados (2003, p.8).

As interações inéditas entre duas culturas, proporcionadas pela globalização, não resulta em uma uniformização de ambas. Há nestes processos, as chamadas relações de negociação. Nas negociações, elementos culturais são assimilados, outros são somente aceitos, outros inclusive negados e rejeitados. Ocorre um diálogo intercultural pautado pela diferença e alteridade inerente às culturas. E então, entende-se que a globalização altera e intensifica a dinâmica de relação, mas enquanto pode tornar mais semelhantes, também pode intensificar conflitos já existentes, ou até mesmo criar novos. Canclini então resume:

Para dizê-lo de maneira mais clara, o que se costuma chamar de globalização apresenta-se como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e desigualdades sem suprimi-las (2003, p. 44-45).

Logo, torna-se importante separar a globalização em dois: a globalização e as reações das culturas, inclusos não somente as negociações pacíficas, mas também os conflitos, as rupturas, as desigualdades, as exclusões; e a globalização imaginada, aquilo que se idealiza sobre a globalização, o que está no imaginário, mas que não deixa de ter sua importância (CANCLINI: 2003).

A globalização é um conjunto de processos que articula os sistemas simbólicos, com base nas diferenças culturais, étnicas, etc., havendo aí relações de negociação, relações estas em que os sujeitos escolhem e relacionam livremente diversos elementos culturais, ponderando quais fazem sentido e quais não fazem sentido para si. Mas qual o entendimento de cultura que melhor se aplica a este processo, visto que a globalização possibilitou que houvesse tantas trocas interculturais, que fica cada vez mais difícil catalogar o que é de quem?

Convém, portanto, elucidar qual a compreensão de cultura adequada para o estudo. Vale um breve traçado da evolução de sua definição. Primeiramente, a cultura era entendida limitada às obras culturais, estas por sua vez, prometidas somente as elites econômicas e intelectuais. Os trabalhos artísticos realizados pelas elites eram adotados como a única cultura. Com o gradativo esclarecimento científico, redefiniu-se a cultura como qualquer tipo de produção, modificação do natural, que o homem faz. Como essa definição transformou a cultura em algo muito amplo e vago, ela foi lapidada. A cultura passou a ser o conjunto de cadeias de sistemas de significações comuns a uma determinada população ou grupo social (CANCLINI: 2003). Entretanto, esta definição não é capaz de explicar como se configura a diferença cultural. O que faz uma cultura

diferente de outra e onde está a delimitação que as difere é uma questão a se pensar em um mundo onde tais fronteiras, se existentes, são abaladas. Canclini faz uma colocação muito pertinente:

Marc Abélès, Arjun Appadurai e James Clifford, entre outros, estão renovando a disciplina ao redefinir a noção de cultura: não mais como uma entidade ou pacote de características que diferenciam uma sociedade de outra. (2005, p. 24).

Nesta perspectiva, Canclini destaca que os dois autores mencionados “concebem o *cultural* como sistema de relações de sentido” (2005, p.24), de modo que Appadurai identifica “diferenças, contrastes e comparações” (APPADURAI, 1996, p.12-13 apud CANCLINI, 2005, p.24), e que Jameson considera o *cultural* como “veículo ou meio pelo qual a relação entre os grupos é levada a cabo” (JAMESON, 1993, p.104 apud CANCLINI, 2005, p.24).

Uma interpretação muito interessante e válida pra o entendimento consta em pensar a cultura não como substantivo, mas sim como o adjetivo cultural. Já que não faz mais sentido imaginar a cultura como um bem propriedade de uma nação, faz sentido imaginar a cultura como justamente a qualidade desse sistema de significações próprios de um povo. E com esta visão, valoriza-se justamente a relação intercultural, como as diferenças de dois ambientes diferentes dialogam entre si, entre outras palavras, a interculturalidade. Canclini conclui:

O cultural abrange o conjunto de processos mediante os quais representamos e instituímos imaginariamente o social, concebemos e administramos as relações com os outros, ou seja, as diferenças, ordenamos sua dispersão e sua incomensurabilidade por meio de uma delimitação que flutua entre a ordem que possibilita o funcionamento da sociedade (local e global) e os atores que a abrem ao possível (2003, p.57-58).

Logo, é importante identificar o significado de interculturalidade, contraposto à chamada multiculturalidade. A multiculturalidade refere-se à interação na qual há justaposição das culturas. As diversidades culturais são constatadas e aceitas, muitas vezes alimentadas por um incentivo a políticas de simples aceitação, sem maiores cuidados, o que, muitas vezes, leva a segregação. Já o intercultural não é a justaposição, e sim a aglutinação, o diálogo existente entre os diferentes. A diferença, portanto, não está isolada e distante, está presente, está influenciando, dialogando, negociando. Se imaginarmos esse processo acontecendo simultaneamente com inúmeras diferenças culturais podemos ter uma noção do turbilhão que é a globalização. A conclusão é que, as delimitações entre culturas que definem sua alteridade não fazem mais sentido, embora essa dissolução das fronteiras culturais não desague na dissolução da diferença. Isso, pois objetivo não é mais catalogar o que é de quem, e sim entender as negociações interculturais, o que elas podem prejudicar algum dos lados, e a busca de alternativas para que seja um diálogo de diferentes, que não os torne desiguais (CANCLINI: 2005).

Uma forma bastante interessante de analisar a globalização é refletir sobre os casos em que a globalização “não dá certo”, entre outras palavras, aquilo que ela não pode solucionar, ou criar um diálogo pacífico e igualitário, deve-se, portanto, entender a diferença, desigualdade, desconexão, e como elas se relacionam. Muitos estudos se limitaram a estudar somente um ou dois elementos dos três, e por isso, detiveram-se de entender a interculturalidade como um todo (CANCLINI: 2005).

A diferença está no plano cultural. Ela é inerente a uma cultura, e, mais do que isso, é justamente a diferença que define uma cultura, o que ela é o que ela não é. A globalização choca as diferenças, proporcionando a troca e negociação, mas não tira a qualidade de diferente. Por exemplo, o México é um país que goza da industrialização e urbanização que lhe foi proporcionada no século XX, e ainda sim de uma grande parcela indígena, que é dividida em várias tribos desde a época colonial. A diferença é

notada claramente entre os povos indígenas e os povos urbanizados. Nos tempos globalizados, é utópico pensar em preservar a “cultura original” indígena da cultura urbana contemporânea, visto que o contato intercultural modifica irreversivelmente a cultura indígena, e vice-versa. São interações inevitáveis e necessárias. O que pode ocorrer é uma influência negativa e destruidora, normalmente advinda da parte dominante. Se este processo intercultural não for bem mediado, o que antes era diferença, pode se tornar desigualdade, quando uma das partes sai prejudicada. Reparemos que a alteridade deve ser respeitada e compreendida, e em muitos casos, a interculturalidade pode servir como instrumento de amenização da desigualdade. A cultura é uma dinâmica, e seu maior valor está justo do diálogo entre diferentes (CANCLINI: 2005).

Já a desigualdade está no nível social. Um estudioso importante que ajuda a entender a relação desigualdade/diferença é Bourdieu que compartilha de vários pensamentos marxistas, e aprofundou na questão social e cultural. Para ele, a cultura não é uma simples consequência do sistema econômico de produção e distribuição, mas é um elemento que se relaciona. O que se denomina boa cultura pela elite dominante é, de acordo com ele, uma forma de dominação para com as classes econômicas abaixo. A cultura criada pela elite se torna propriedade da mesma elite, e só pode ser acessada pela mesma. Isto, pois eles detêm o conhecimento necessário para entrar em contato com sua cultura. Deste modo, torna-se extremamente difícil o acesso das classes baixas a cultura de elite, que, pelo poder dominante exercido, se torna a única cultura legítima de acordo com o discurso das elites. As classes baixas não conseguem expressar-se facilmente, pois desconhecem a linguagem usada. Nasce neste momento a desigualdade em função da diferença. Cria-se a ilusão de que a desigualdade não é medida pelo que se tem, mas pelo que se é. O esclarecimento de conhecimento parece mais um dom das elites do que a consequência de vidas que se desenvolveram desigualmente em recursos. De acordo com Bourdieu, a cultura popular prioriza muito menos o valor simbólico e mais o valor funcional. Ainda assim, não se opõe totalmente a cultura dominante, assimilando suas regras. Deste modo, não é autônoma, e as alterações e conflitos ficam restritamente dependentes da cultura dominante. Já cultura média entra neste contexto como a “galeria de artes para pobres”, ou seja, a cultura da elite com a praticidade popular.

Canclini, na obra *Diferentes, Desiguales y Desconectados*, constata que a análise de Bourdieu é muito pertinente, mas não engloba tudo o necessário. De acordo com ele, as classes sociais baixas não são totalmente autônomas, mas também não são totalmente subordinadas. Elas criam expressões, costumes, crenças, festas, etc. Criam uma cultura viva e a respeitam.

Para completar, Canclini propõe um aspecto que não suprime a divisão desigual em classes, mas se relaciona com a desigualdade e a diferença. Hoje se pensa muito no conectado e desconectado, muito mais a metáfora da rede e menos a do estrato social. O homem grande é aquele que tem contatos e mantém sua autenticidade para fazer valer tais relações. O excluído seria o sedentário, imóvel, que não faz valer contatos. Nota-se que este novo modelo não veio para substituir a desigualdade, mas sim dialogar com ela.

Portanto, é importante perceber o fenômeno da globalização naquilo que ele deixa a dever. As diferenças são impossíveis de serem suprimidas, devem ser aceitas e, por meio de uma ação crítica, ser impedidas de criar ou intensificar as desigualdades que, se aliadas à desconexão, podem levar a exclusão, o pior dos casos.

### **Considerações finais**

Diante das reflexões apresentadas até aqui, não se pode mais reduzir a globalização ao globalismo. O globalismo engloba somente a agenda integradora e comunicadora, ou seja, o imaginário de que o transnacional, a unificação das nações, se põe acima das diferenças, neutralizando-as. A globalização também tem em sua essência, a agenda segregadora e dispersiva, que causa desigualdade pela diferença, e exclusão. Estas agendas se relacionam e se combinam de maneiras diferentes em cada contexto cultural e social. A globalização estaciona diferentemente em cada lugar (CANCLINI: 2003).

A interculturalidade pode se estabelecer em todos os tipos de contato, e está sujeita as especificidades de cada um. A interculturalidade pode se fazer presente na comunicação publicitária – por exemplo, as polêmicas propagandas da Benetton, que vendem o conceito de integração étnica e cultural –; pode se fazer na Internet, que possibilita o contato simultâneo e quase instantâneo; pode ocorrer na política entre países e blocos econômicos; etc. Porém, é interessante notar o papel intercultural da migração de pessoas no mundo globalizado. A migração tem um grande valor intercultural – diálogo entre diferenças – que se articula de maneiras distintas em cada contexto. Denise Gogo trata adequadamente desta instância:

Essa complexa teia de relações interculturais repercute na conformação dos processos identitários a partir da constituição, pelos migrantes, de múltiplas e fluidas identidades fundamentadas ao mesmo tempo nas sociedades de origem e nas “adotivas”. Enquanto alguns imigrantes identificam-se mais com uma sociedade do que com a outra, a maioria parece desenvolver várias identidades, relacionando-as simultaneamente com mais de uma nação. (DENISE, p. 14).

As reflexões de Canclini servem de conhecimento para uma visão crítica que não ignora os problemas de conflito entre diferenças, mas admite que, com uma mediação justa e embasada, esses conflitos podem ser solucionados ou amenizados. Suas reflexões nos levam a considerar que as relações de negociação fundamentam-se na possibilidade de troca, de interação e de diálogo entre os sujeitos nas dinâmicas socioculturais e também nas dinâmicas econômicas e mercadológicas. O pensamento de Canclini sugere que as relações de poder acontecem em todas as instâncias do tecido cultural: assim, acontecem no centro e nas fronteiras entre os grupos sociais, sem que haja necessariamente o dominador e o dominado, pois as negociações implicam tensões, conflitos e acordos em movimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e Discurso: história e literatura*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.
- CANCLINI, Néstor. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CANCLINI, Néstor. *Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- COGO, Denise. *Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- MORIN, Edgar. *As Duas Globalizações, complexidade e comunicação: uma pedagogia do presente 2ed*. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal 17ª edição*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia Micro e Macro 3ed*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.